

*Sensibilidades modernas nos novos padrões  
de consumo: cacau e café na produção  
científica lusa em fins do século XVIII*

Lucas Onorato Braga<sup>1</sup>

Ao aprender a cozer os alimentos, o homem se destacou dos demais animais. O processo de cocção preservava a caça e lhe acrescentava sabores, odores e texturas.<sup>2</sup> Além de possuir posição vital no desenvolvimento do homem, a comida é determinante ainda na formação cultural da sociedade sendo a expressão da cultura quando produzida, preparada e consumida.

Conceitualmente, a alimentação é o ato voluntário e consciente de um conjunto de práticas que envolvem o que, como, quando, quanto e onde comer, levando em conta o que consideramos ou não aceitáveis para o nosso padrão de consumo.<sup>3</sup> Assim, entendemos como ‘comer’ o ato final de um grupo de práticas alimentares que somadas compõem a

1 Mestrando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

2 FRANCO, Ariovaldo. De caçador a gourmet: uma história da gastronomia. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001. p. 12.

3 RODRIGUES, Maria de Lourdes Carlos. Alimentação e nutrição no Brasil. Brasília: MEC/Universidade de Brasília, 2007. p. 16.

alimentação.

Apesar de apontarmos o ato final, discutir alimentação é, necessariamente, ir além do conceito de comer propriamente dito. É necessário entender os vários contextos em que a temática está inserida, seja no campo político, econômico ou sociocultural.<sup>4</sup> Em nossa abordagem, partimos do aspecto histórico como base para entendermos as relações intrínsecas no ato de alimentar-se que, para além de um ato nutricional, é também um ato social constituído de ações ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações.<sup>5</sup>

A alimentação, portanto, é também ela, um ato histórico. E, como tudo o que o é, tem seus valores, suas premissas, sempre reconstituídas e reinventadas. Com o objetivo de compreender as sensibilidades gastronômicas na Modernidade, expressas na produção científica que verse acerca da temática no período, elegemos como fonte o manual agrícola *O Fazendeiro do Brasil, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto*,<sup>6</sup> pois entendemos que a escolha dos produtos agrícolas que receberam

---

4 CARNEIRO, Henrique; MENESES, Ulpiano T. B. “A História da Alimentação: balizas historiográficas”. *Anais do Museu Paulista. Nova Série*, v. 5, jan/dez, pp. 9-92, 1997. p. 13.

5 VIANA JUNIOR, Fernando Santa Clara. *Dos sabores fortes aos suaves: os limites da modernização à francesa nos livros de cozinha da corte portuguesa, 1680-1780*. Vitória: Identidade, 2019. p. 29.

6 VELOSO, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto*. 11 v. Lisboa: Tipografia do Arco do Cego, 1798- 1806.

especial atenção não era aleatória, e sim reflexo de uma das realidades sociocultural do período .

Para além da expressão de uma esfera cultural e científica daquele momento, esses manuais consistiam em instrumentos de interferência do Estado na dinâmica da produção agrícola colonial do Brasil, visto que, buscavam assim privilegiar as produções agrícolas das colônias como forma de dinamizar a economia do reino e, ao mesmo tempo, procuravam criar nestas colônias uma dependência dos produtos manufatureiros e agrícolas produzidos na metrópole.<sup>7</sup> Desse modo, buscaremos aferir em que medida a defesa da produção de cacau e café se relaciona a essas sensibilidades manifestadas no apreço por produtos considerados exóticos e, ao mesmo tempo, demarcadores de status social.

## **A natureza como princípio fundamental do desenvolvimento das civilizações**

A emergência da Ciência Moderna, entre meados dos séculos XVI e XVII, correspondeu a um processo de mudança gradual e geral do clima intelectual e cultural da Europa Ocidental.<sup>8</sup> A “filosofia experimental”, que tem a Bacon o papel atribuído por muitos autores de ser o precursor,

---

7 DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, v. VIII, 823-38, 2001, p. 830.

8 SOARES, Luis Carlos. “O nascimento da ciência moderna: os caminhos da revolução científica nos séculos XVI e XVII”. In: \_\_\_\_\_. *Da Revolução Científica a Big (Business) Science*. São Paulo: HUCITEC; Niterói EdUFF, 2001. p. 17.

trouxe a noção de que a natureza exigia questionamentos mais ativos.<sup>9</sup> O mundo deixava de ser um sistema finito e harmônico passando a ser entendido como infinito e caótico.

“Tal período assistiu a gradativa mudança do pensamento erudito sobre o homem, o universo e a natureza. Academias científicas foram criadas em vários lugares, tendo como fundamento o experimentalismo e o racionalismo”.<sup>10</sup> Nesse processo, as “ciências da natureza” se tornaram o foco das academias, pois seu domínio era considerado como fonte essencial para o bem-estar social e espaço no qual se exerce o poder do homem civilizado.<sup>11</sup> Reflexo disso, é o movimento que se deu ao longo do século XVIII onde “novos museus, jardins botânicos e coleções tomaram o lugar dos gabinetes de curiosidades e dos jardins consagrados exclusivamente ao deleite aristocrático”.<sup>12</sup>

Esse modo de entender a ciência e a natureza de forma quase indissociáveis fez com que a História Natural ganhasse a posição de intérprete da natureza perante a sociedade.<sup>13</sup> Junto a esse movimento,

---

9 MENNA, Sergio Hugo. Máquinas, gênios e homens na construção do conhecimento: uma interpretação heurística do método indutivo de Francis Bacon. Tese (Doutorado em Filosofia) – Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011. p. 50.

10 MERLO, Patrícia Maria da Silva. “Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no Setecentos português”. *Dimensões*, vol. 34, 2015. p. 52.

11 KURY, Lorelai. “Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio”. In: SOARES, Luis Carlos. *Da revolução científica à big (business) science*. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001. p. 105.

12 KURY, Lorelai. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780- 1810). *História, Ciências, Saúde. Manuais*, v. 11, p. 109-29, 2004. p. 110.

13 KURY, 2001. p. 105.

a literatura sobre o tema no período ficou marcada pela percepção do meio ambiente de forma utilitarista, elegendo a botânica e a zoologia como disciplinas diretamente ligadas à felicidade humana.<sup>14</sup> Desse modo, a natureza era compreendida como fundamental para o crescimento de uma civilização.<sup>15</sup>

Partindo dessa premissa, recai ao naturalista a responsabilidade de distinguir numa determinada região os produtos interessantes ao comércio sendo ele capaz de entender a utilidade na produção de espécies aparentemente desprezíveis como o bicho-da-seda e a cochonilha, por exemplo. Vantagem essa do homem civilizado, a perspicácia de multiplicar os seres, melhorá-los para a agricultura e a pecuária, e transferi-los de lugar endossando assim a legitimidade do seu poder sobre a natureza.<sup>16</sup>

Dessa forma, endossou-se o discurso sobre a concepção moderna de civilização ao passo em que a História Natural revestiu-se de um número considerável de expectativas e interesses dos naturalistas, além do público amador das ciências, se tornando muito mais do que a simples exploração da natureza.<sup>17</sup>

## **Sociabilidades e produção do saber científico**

Em Portugal, a propagação das ideias ilustradas se deu ainda na

---

14 KURY, 2001, p. 115.

15 MEEK, Ronald. Social Science and the Ignoble Savage. Cambridge: Cambridge University Press, 1976. p. 182.

16 ROGER, Jacques. Buffon, um philosophe au jardin du Roi. Paris: Fayard, 1989. p. 311.

17 KURY, 2001, p. 130.

primeira metade de século XVIII graças ao incentivo de D. João V (1689-1750) à inserção da ciência empírica e da filosofia moderna no reino. Contudo, apenas no governo de D. José I (1714-1777) que um projeto modernizador veio se consolidar por meio da administração do ministro Sebastião José Carvalho e Melo (1699-1782),<sup>18</sup> que culminou no afastamento da Companhia de Jesus de todas as atividades educacionais através do alvará emitido pelo ministro em 1759. Além disso, fundou o Real Colégio dos Nobres em 1761 com o propósito de “tornar a nobreza apta a cumprir as funções superiores do aparelho do Estado, preparando-a militar e intelectualmente”.<sup>19</sup> Todavia, o desinteresse dos nobres portugueses, educados culturalmente com a valorização pessoal medida por meio do nascimento ao invés do mérito a um ensino pautado nas ideias ilustradas, acarretaria na extinção do ensino científico no Colégio em 1773.<sup>20</sup>

Outro grande momento da reformulação educacional foi a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772 tornando a universidade um “organismo estatal, exclusivamente a serviço dos ideais ético-políticos do próprio Estado”<sup>21</sup>, endossando o projeto pombalino de

---

18 GAUER, Ruth Maria Chittó. A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p.111.

19 SALLES, Jansen Gusmão. Da calúnia a supressão: discursos sobre a educação e antijesuitismo no período pombalino. 2016. 138f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. p. 48.

20 RODRIGUES, Neuma Brilhante. Para a utilidade do estado e “glória à nação”: a real casa pia de Lisboa nos tempos de Pina Manique (1780-1805). In: Revista Territórios e Fronteiras, v. 1, n. 2, jul/dez, 2008, p. 37.

21 GAUER, 1996, p. 49.

gerar funcionários capazes de auxiliar na administração do vasto império português, ao mesmo tempo que se extinguiu qualquer resquício da pedagogia jesuítica.<sup>22</sup>

Embora Carvalho e Melo tenha sido afastado do cargo em 1777 devido à morte de D. José I, o governo vindouro deu continuidade às reformas educacionais, “tendo na sociabilidade disseminada por essas instituições pedra de toque para a difusão da ilustração em Portugal e no investimento em políticas de fomento”.<sup>23</sup> Neste ambiente político marcado pela queda do Marquês de Pombal e as décadas finais do Antigo Regime,<sup>24</sup> é que se fundou a Academia Real de Ciências de Lisboa por meio do alvará emitido em 24 de dezembro de 1789. Desse modo, a História Natural, que havia se tornado uma disciplina na Universidade de Coimbra, passou a ganhar ainda mais força com a fundação da Academia.<sup>25</sup>

Isso se refletiu na produção científica desse período que contava com um “carácter eminentemente prático”, ou seja, esse saber devia contribuir para o desenvolvimento econômico do reino. Conseqüentemente, buscava-

---

22 SALLES, 2016, p. 50.

23 MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779”. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005. p. 41.

24 SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, Lisboa. 2015. p. 7.

25 VÁZQUEZ, Raquel Bello. *Uma certa ambição de glória: trajetória, redes e estratégias de Tereza de Mello Breyner nos campos intelectual e do poder em Portugal (1770-1798)*. Tese (Doutorado em Filologia) – Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia, Galiza, 2005. p. 40.

se desenvolver uma “racionalização da agricultura tradicionalmente praticada e à introdução de novas técnicas que rentabilizariam e tornariam mais produtivas as atividades agrícola, mineralógica e industrial, tal como eram habitualmente praticadas”<sup>26</sup>.

A materialização de tais ideias pode ser acompanhada por meio das publicações realizadas pela Real Academia. Trata-se de publicações periódicas e não periódicas, de mais diversa natureza e constitui um dos importantes instrumentos para conhecimento do percurso programático da instituição. Via de regra, as produções eram distribuídas pelas três classes que compunham a Academia: Ciências Naturais ou de Observação, Ciências Exatas ou de Cálculo e Literatura Portuguesa. Inicialmente impressos na Régia Oficina Tipografica até 1782, quando a Academia passou a possuir tipografia própria e passaria a poder imprimir os seus programas e publicações.<sup>27</sup>

Nesse aspecto, destacamos, no campo das Ciências Naturais as “Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas Conquistas” composta por 84 artigos escritos por 41 autores e que foram publicados em cinco volumes entre os anos de 1789 e 1815. A coleção foi a primeira a ser produzida pela instituição lusa e é considerada por diversos autores como “o paradigma do discurso ilustrado, reformista, utilitário, e de inspiração agrarista que caracterizou o panorama cultural português na transição de finais de setecentos até, pelo menos, meados

26 DOMINGUES, 2001. p. 829.

27 SILVA, 2015, p. 149.

do século XIX".<sup>28</sup>

Através desse conjunto de textos, a Academia enfatizava a descrição e discussão sobre os recursos animais, vegetais e minerais do reino e suas conquistas, focando nas vantagens econômicas de sua exploração procurando apresentar soluções que contribuíssem para aprimorar a agricultura tornando a produção mais eficiente.<sup>29</sup> Para mais, sendo a Academia criada e sustentada por uma elite intelectual próxima do poder político, revela por isso um espaço privilegiado de análise das interações do processo de produção e organização do conhecimento com os mecanismos sociais e culturais neles implicados. A Academia também, denota a crescente abertura aos espaços de sociabilidade cultural típica do Antigo Regime Português nas duas últimas décadas do século XVIII, visível na presença da fidalguia, da nobreza titulada e também do clero entre seus associados e colaboradores.<sup>30</sup>

Dentro dessa perspectiva, coube à D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da marinha e do ultramar, articular os “interesses metropolitanos com os das elites coloniais, incorporando membros da elite letrada brasileira em um projeto político conjunto de Império transatlântico, no qual a colônia teria papel crucial e ativo na superação do atraso português”.<sup>31</sup>

Uma das escolhas para coordenar as atividades do Estado no espectro  
28 SILVA, 2015, p.23.

29 CARDOSO, José Luís. O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780- 1808. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. p. 121.

30 KURY, 2004, p. 125.

31 WEGNER, R. Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 11, pp. 131-140, 2004, p. 132. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v11s1/06.pdf> >. Acesso em 07 set 2020.

pedagógic0 – na noção de levar conhecimento aos produtores que dele precisavam – foi o franciscano José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), botânico brasileiro autodidata, já respeitado em Lisboa e famoso por seu amor pelos livros e pelo conhecimento. Ele já havia tomado parte nas chamadas viagens filosóficas (para exploração e descrição do território e espécies brasileiras) e foi, por algum tempo, membro da Academia de Ciência de Lisboa. Era um homem com interesses diversos, que iam das ciências biológicas às línguas estrangeiras e clássicas, da literatura à filosofia.

É produto deste processo e paralelo ao desenvolvimento das Memórias da Real Academia a compilação e publicação da obra *O Fazendeiro do Brasil*, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto<sup>32</sup>. O compêndio foi publicado entre 1798 e 1806 em Lisboa pela Editora Arco do Cego, contando com onze volumes ilustrados e organizado em cinco tomos, escrito por diversos autores experientes na comercialização e consumo do grão e de outras culturas inerentes a ela, como proprietários de plantações, comerciantes de escravos, políticos, botânicos, naturalistas, dentro outros com o objetivo da obra era instruir agricultores brasileiros com informações que tratavam desde a fabricação do açúcar até ao cultivo de especiarias, a preparação de leite e derivados, ou as novas “bebidas

32 VELLOSO, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil: melhoramento na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se pode introduzir; e nas fábricas que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto*. Lisboa: Typ. Arco do Cego, 1798-1806.

alimentosas” como café e cacau como veremos mais adiante.

## **José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) e O Fazendeiro do Brasil**

Nascido na vila de S. José, bispado de Mariana, capitania de Minas Gerais, José Veloso Xavier – seu nome de batismo. – decide aos 19 anos que iria seguir carreira eclesiástica. assumindo então seu novo nome, José Mariano da Conceição Veloso. “Das ciências que lecionou com notável sabedoria, nenhuma lhe agradou tanto quanto como a História Natural que fora nomeado lente em janeiro de 1786”.<sup>33</sup>

Por iniciativa do Marquês de Lavradio de criação de uma agremiação científica e um horto botânico em São Paulo e Rio de Janeiro, o frei José Veloso passou na década de 70 a assumir funções docentes nessas capitanias. Durante as viagens filosóficas que se prolongaram por oito anos (1783-1790) é que recolheu material botânico que veio a compor sua *Florae Fluminensis*.

Em 1790, com o fim do mandato de Luís de Vasconcelos de Souza no Rio de Janeiro, José Veloso é então convidado pelo vice-rei a empreender uma viagem até o reino transportando consigo os originais dos textos e gravuras para sua *Florae Fluminensis* e outros materiais museológicos entregues ao Museu de Sua Majestade na Ajuda assim que chegou.

Apesar de sua ajuda no projeto vandelliano de produção e edição de História Natural das Colônias, agora sua presença física o levaria a outro

<sup>33</sup> BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacrameto. “Frei José Mariano da Conceição Veloso”. Dicionário bibliográfico, v. 5, 1899, p. 64.

patamar de responsabilidade científica se tornando membro da Academia Real de Ciências de Lisboa. No entanto, semanas depois foi desligado da agremiação científica devido aos gastos que sua *Florae Fluminensis* despenderia. Dessa forma, com a sensação de que a comunidade naturalista não reconheceria seus esforços desabafa que “[...] não temos ainda hum só escrito nosso, acerca da História Natural deste reino, e ainda de suas colônias, não por falta de pessoas de talento [...]”<sup>34</sup> o que o leva a focar na tradução de textos estrangeiros o fazendo ser conhecido no ramo de edição e tradução de obras científicas dentro da comunidade antes mesmo da criação da tipografia do Arco do Cego em 1799.

Esse período o fez se voltar para as produções europeias de forma geral e voltadas para o mundo rural que se juntavam autores e sociedades agrícolas em torno da causa agrícola relatando suas experimentações e conhecimentos com foco nas “novas bebidas”, como o chá, o café e cacau.<sup>35</sup> A estes temas se adicionavam seus apontamentos em relação ao Brasil e então uma rede de informações mantidas com os fazendeiros brasileiros.

Devido a isso, D. Rodrigo de Souza Coutinho convidou o frei a assumir a direção de um novo “estabelecimento científico”<sup>36</sup> que iria

34 BARBUT, Jacques. Prefácio de *Helminthologia* portuguesa em que se descrevem alguns gêneros das suas primeiras ordens, intestinaes, e moluscos da classe sexta do reino animal, vermes e se exemplificão com várias amostras de suas espécies, segundo o systema do cavalheiro Carlos Linne, 1799.

35 BRIGOLA, João; NUNES, Maria de Fátima. “José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811): um frade no universo da Natureza”. In. \_\_\_\_\_. *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário, Lisboa, Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 51-75, 1999. p. 12.

36 BRIGOLA, 1999, p. 46.

ser construído no sítio denominado Arco do Cego (1799-1801) onde foi produzido o *Fazendeiro do Brasil*, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto que possui cinco tomos estando os três primeiros divididos em partes totalizando 11 volumes. O compendio impressiona pelo ritmo e capacidade de organização dos textos que iam chegando dos tradutores formando uma enciclopédia agrícola e agrarista com marca personalizada do José Veloso com o objetivo de se traçar uma “nova agricultura para o novo mundo”<sup>37</sup>.

Com o encerramento das atividades do Arco do Cego, todo o material foi realocado para a Imprensa Régia e o frei passou a ser encarregado como membro da Junta Administrativa, Econômica e Literária que anos seguintes passou por problemas financeiros ligando a imagem de José Veloso a um mal administrador. Associado a isso, os movimentos europeus antecedentes a vinda da família Real Portuguesa para o Brasil fez com que José Veloso antecipasse a esse evento vindo um ano antes. O frei José faleceu em 1811 no Convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro sem ter visto o esforço de sua vida, a *Florae Fluminensis*, ganhar vida. Todo o material do frei José Veloso foi levantada pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro lançando em 1961 a edição velosiana.

---

37 BRIGOLA, 1999, p. 46.

## **À guisa de conclusão**

O advento de regras de corte mais requintadas marcou a transição entre os séculos XVII e XVIII na Europa. Nesse cenário foi necessário reinventar-se constantemente: o rei adquiria importância para além de suas disputas bélicas, convertendo-se em um modelo para a corte, que, por sua vez, deveria acompanhar as mudanças paradigmáticas estabelecidas pelo soberano, se mostrando, então, atenta às novas exigências tendo no reinado de D. João V (1689-1750) o ponto alto desse processo marcado pela descoberta do ouro no Brasil<sup>38</sup>, cuja riqueza revelou-se essencial aos rituais de corte, que passaram por uma reformulação carregada de uma sofisticação como nunca antes vista no Reino, conferindo à mesa uma “visibilidade sem precedentes próximos”<sup>39</sup> tornando possível, então, sustentar opulências equivalentes à corte francesa de Luís XIV.<sup>40</sup>

Foi no reinado de D. João V que a cozinha palaciana portuguesa adquiriu caráter mais moderno. As cozinhas passaram a ser compostas por três câmaras:

A primeira, com uma porta para o pátio de serviços, correspondia à zona onde estavam colocados os grandes espetos de ferro utilizados nos assados. A câmara central constituía a parte principal da cozinha e possuía um teto com um coruchéu alto abobadado que foi rebaixado durante as obras joaninas. Trata-se de uma divisão quadrangular, em que cada uma das paredes possui um arco abatido em pedra, que confere grande beleza ao conjunto. A meio,

---

38 VIANA JUNIOR, 2019, p. 137..

39 MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. “A Consolidação da Dinastia de Bragança e o Apogeu do Portugal Barroco”. In: TENGARRINHA, José (org.). História de Portugal. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, p. 137.

40 VIANA JUNIOR, 2019, p. 141

pode ainda hoje observar-se duas mesas de trabalho de mármore. A terceira câmara possui vários armários e régua fixas na parede, onde se dispõem os belos exemplares da baixela de cobre da cozinha.<sup>41</sup>

Também as bebidas que já estavam na moda em Paris desde o final do século XVII – quando, em 1651, Iean Girin e Barthelemy Riviere publicam *De l'usage du Caphé, du Thé et du Chocolate* – ganharam grande expressão nos momentos de refeição em Portugal: o café, o chá e o chocolate.<sup>42</sup> O café, herança turca,<sup>43</sup> o chá, trazido pelos portugueses à Europa e difundido pela Inglaterra,<sup>44</sup> e o chocolate, trazido pelos espanhóis aos Velho Mundo,<sup>45</sup> já eram consumidos em alguma proporção no Reino. Sempre adoçadas,<sup>46</sup> essas bebidas restringiam-se às classes mais abastadas exatamente por conta do açúcar, produto que ainda mantinha-se muito caro – e lucrativo para Portugal. Durante a regência de D. João V, porém, é possível aferir um relativo crescimento no consumo de tais bebidas,<sup>47</sup> a ponto de ser do próprio rei ser retratado enquanto era servido de chocolate por um dos nobres de sua corte.

---

41 PEREIRA, Ana Marques. *Mesa Real: dinastia de Bragança*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012, p. 21.

42 VIANA JUNIOR, 2019, p. 147

43 LEMPS, Alain Huetz de. “As bebidas coloniais e a rápida expansão do açúcar”. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. (Orgs.). *História da Alimentação*. – São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 617-620.

44 PEREIRA, 2012, p. 33.

45 PEREIRA, 2012, p. 102.

46 LEMPS, 1998, p. 611-624.

47 PEREIRA, 2012, p. 101.

FIGURA 1 - A. Castrioto, D. João V tomando chocolate em casa do Duque de Lafões – 1720



Disponível em < [https://baroqueart.museumwnf.org/database\\_item.php?id=object;BAR;pt;Mus11\\_A;29;pt](https://baroqueart.museumwnf.org/database_item.php?id=object;BAR;pt;Mus11_A;29;pt) >. Acesso em 4 jun 2020.

Já o reinado de D. José I (1714-1777), além dos vinhos, o café, o chá e o chocolate fincavam cada vez mais a sua conquista dos paladares cortesãos. Se essas bebidas foram difundidas em Portugal por D. João V, como apresentamos, no reinado de D. José ganharam importância tal, que o Rei passou a ter um espaço reservado para apreciá-las: o Quarto

de Café de S. Majestade.<sup>48</sup> Contudo, a opulência que marcou a corte joanina e o início do reinado de D. José I sofreria um grave revés com a diminuição do afluxo de ouro e pedras preciosas. A isto, somou-se o terremoto de Lisboa, em 1755, evento este que, segundo afirmou o Marquês de Pombal “tornou possível destruir alguns sistemas que não eram condizentes com a realidade e os novos interesses”<sup>49</sup>. Tal evento funesto implicou na suspensão temporária de todos com que todos os hábitos cortesãos. D. José, depois da tragédia – que destruiu o Paço da Ribeira – optou por não viver mais sob construções de pedra, somente sob as de madeira.

Apesar das restrições apresentadas em decorrência do terremoto, em 1775, vinte anos após a tragédia, um grande evento marcou a inauguração da estátua equestre de D. José, feita a mando de Pombal. Foi “a ocasião que marcou aquele reinado”.<sup>50</sup> No governo mariano (1734-1816) é que temos o auge da discussão sobre a História Natural e por conseguinte a gama de produções científicas sobre o assunto como já ressaltamos anteriormente.

No entanto, se as disputas marcaram a esfera política durante o reinado mariano, a mesa da corte e da aristocracia de forma geral, também vivenciou suas disputas. A oposição entre os sabores doces e

---

48 VIANA JUNIOR, 2019, p. 153.

49 MERLO, Patrícia M. S. “Em Razão do Grande Terremoto: observações sobre a política pombalina no reinado de D. José I”. Anais – IX Semana de História Política/VI Seminário Nacional de História: Cultura & Sociedade. – Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2014, pp. 2582-2589, p. 2584.

50 SANTOS, 2011, p. 76.

salgados tornava-se cada vez mais marcante. Durante este período, foi possível perceber que “as referências a doces foram frequentes, atestando a importância que tomavam no dia-a-dia, [como, por exemplo] chocolate, doces, chá e excelente café [adoçados]”<sup>51</sup> após as refeições.

É possível notar, portanto, que os doces aparecem com grande destaque após as refeições principais. *Pari passu* a importância dos doces, ganhou espaço os profissionais responsáveis pela execução da iguaria: os cozinheiros confeitadores ou pasteleiros. A presença desses profissionais converteu-se em símbolo de destaque, ganhando menção os nobres que tinham em suas casas, além de cozinheiros, confeitadores responsáveis somente pela confecção de doces/desserts.<sup>52</sup>

Como visto, esses impressos tinham por objetivo remodelar a sociedade e oferecer-lhe formas de se colocar num cenário que já não era o mesmo do início do século onde o excesso de ouro cobria qualquer carência agrícola. Assim, mudam-se as relações, os hábitos e os papéis exercidos pelos atores envolvidos no processo. Realocar o espaço/caráter meramente servil da cozinha no imaginário moderno foi permitir que esta se tornasse um antro de criação e experimentação de novas abordagens do paladar, com o uso de novos produtos e técnicas nesse processo. Foi isso que permitiu, sem dúvidas, a resignificação do paladar cortesão da modernidade. O próprio papel da alimentação mudou, saindo da jurisdição da medicina e adquirindo um papel mais autônomo, assim a alimentação converteu-se num prazer, não mais em uma mera prescrição.

51 PEREIRA, 2012, p. 130.

52 VIANA JUNIOR, 2019, p. 16.

## Referências

- BARBUT, Jacques. **Prefácio de Helminthologia portuguesa em que se descrevem alguns gêneros das suas primeiras ordens, intestinaes, e moluscos da classe sexta do reino animal, vermes e se exemplificação com várias amostras de suas espécies, segundo o systema do cavalheiro Carlos Linne**, 1799.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacrameto. “Frei José Mariano da Conceição Veloso”. **Dicionário bibliográfico**, v. 5, 1899.
- BRIGOLA, João; NUNES, Maria de Fátima. "José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811): um frade no universo da Natureza". In. \_\_\_\_\_. **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)**. Bicentenário, Lisboa, Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 51-75, 1999.
- CARDOSO, José Luís. **O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- CARNEIRO, Henrique; MENESES, Ulpiano T. B. “A História da Alimentação: balizas historiográficas”. **Anais do Museu Paulista**. Nova Série, v. 5, jan/dez, pp. 9-92, 1997.
- DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”. **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, v. VIII, 823-38, 2001.
- FRANCO, Ariovaldo. **De caçador a gourmet: uma história da gastronomia**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

GAUER, Ruth Maria Chittó. **A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

KURY, Lorelai. "Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio". In: SOARES, Luis Carlos. **Da revolução científica à big (business) science**. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001.

\_\_\_\_\_. "Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780- 1810)". **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, v. 11, p. 109-29, 2004.

LEMPS, Alain Huetz de. "As babidas coloniais e a rápida expansão do açúcar". In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. (Orgs.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 617-620.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. "Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779". **Educar**, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005.

MEEK, Ronald. **Social Science and the Ignoble Savage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

MENNA, Sergio Hugo. **Máquinas, gênios e homens na construção do conhecimento: uma interpretação heurística do método indutivo de Francis Bacon**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. "Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no Setecentos português". **Dimensões**, vol. 34, 2015.

- MERLO, Patrícia M. S. “Em Razão do Grande Terremoto: observações sobre a política pombalina no reinado de D. José I”. **Anais – IX Semana de História Política/VI Seminário Nacional de História: Cultura & Sociedade**. – Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2014, pp. 2582-2589.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. “A Consolidação da Dinastia de Bragança e o Apogeu do Portugal Barroco”. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.
- PEREIRA, Ana Marques. **Mesa Real: dinastia de Bragança**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.
- RODRIGUES, Maria de Lourdes Carlos. **Alimentação e nutrição no Brasil**. Brasília: MEC/Universidade de Brasília, 2007.
- RODRIGUES, Neuma Brilhante. “Para a utilidade do estado e “glória à nação”: a real casa pia de Lisboa nos tempos de Pina Manique (1780-1805)”. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 1, n. 2, jul/dez, 2008.
- ROGER, Jacques. **Buffon, um philosophe au jardin du Roi**. Paris: Fayard, 1989.
- SALLES, Jansen Gusmão. **Da calúnia a supressão: discursos sobre a educação e antijesuitismo no período pombalino**. 2016. 138f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. **Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia**

européia. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, Lisboa. 2015.

SOARES, Luis Carlos. "O nascimento da ciência moderna: os caminhos da revolução científica nos séculos XVI e XVII". In: \_\_\_\_\_. **Da Revolução Científica a Big (Business) Science**. São Paulo: HUCITEC; Niterói EdUFF, 2001.

VÁZQUEZ, Raquel Bello. **Uma certa ambição de glória: trajetória, redes e estratégias de Tereza de Mello Breyner nos campos intelectual e do poder em Portugal (1770-1798)**. Tese (Doutorado em Filologia) – Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia, Galiza, 2005.

VELOSO, José Mariano da Conceição. **O Fazendeiro do Brasil, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto**. 11 v. Lisboa: Tipografia do Arco do Cego, 1798-1806.

VIANA JUNIOR, Fernando Santa Clara. **Dos sabores fortes aos suaves: os limites da modernização à francesa nos livros de cozinha da corte portuguesa, 1680-1780**. Vitória: Identidade, 2019.

WEGNER, R. "Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial". **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, pp. 131-140, 2004, p. 132.